



# Anais da Assembleia

Nº 136

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 201ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1975 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Muggiati Filho.

Às 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfredi, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 69/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 135/75, que aprova o acordo especial nº PR/14, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e Coordenação Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, objetivando realização de treinamentos de mão-de-obra. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 202ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Valter Pietrângelo e Otássio Pereira.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício

Fruet, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfredi, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserto na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Srª Vanda Rocha de Souza, ocorrido ontem nesta Capital.

O infausto acontecimento veio enlutar o meio radiofônico e milhares de famílias, excepcionalmente, da Região Metropolitana de Curitiba, que ouviam as oportunas mensagens e abalizados conselhos que a notável Jornalista transmitia pela Rádio Colombo, no seu tradicional programa "Jussara na Tarde".

Outrossim, requer ainda, se aprovado o presente requerimento, seja dado ciência à família enlutada, bem como à Rádio Colombo.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a inscrição nos Anais da Casa, do Edital do "O Estado de São Paulo", de 28/10/75, sob o Título "Os Limites da Tolerância".

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, depois de ouvido o plenário, requer seja encaminhado voto de congratulações à Bancada da ARENA da Câmara Municipal de Curitiba, pela apresentação do projeto de lei que regulamenta o trabalho dos comerciários de nossa Capital.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração que os trabalhadores no comércio, como os demais, também necessitam do justo descanso ao final da semana, para recuperação das energias físicas e controle psíquico. Não existe fundamento algum para qualquer justificativa que se apresente, no sentido de que o comércio seja aberto no período da tarde dos sábados e aos domingos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, que se oficie aos Srs. Jayme Canet Júnior e Osiris Stenghel Guimarães, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, respectivamente, solicitando aos mesmos, reestudo do Plano Rodoviário Estadual, objetivando proporcionar caráter de prioridade na consecução das obras viárias para ligação do município de Nova Londrina com o Porto Caiuá e o Porto São José.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Ainda em data de 9 de abril deste ano, tivemos oportunidade de ver aprovada por esta Casa, a proposição por nós firmada, solicitando aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes que as obras de abertura e pavimentação da rodovia projetada para interligar os municípios de Nova Londrina - Loanda - Santa Isabel do Ivaí - Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte, atingindo o Porto Caiuá, sejam objetos de prioridade dentro do Plano Rodoviário Estadual, aprovado através do Decreto nº 6.241, de 4 de dezembro de 1974.

Em data de 2 de maio, o Sr. Osiris Stenghel Guimarães, engenheiro titular da Pasta dos Transportes, trazia ao nosso conhecimento, pelo ofício nº 281, que "os trechos Nova Londrina - Loanda (lote nº 8-2) e Santa Isabel do Ivaí - Loanda - Santa Cruz do Monte Castelo - Querência do Norte (lote nº 8-3), na extensão aproximada de 68 km fazem parte do Programa das Rodovias Alimentadoras financiadas pelo BNDE e estão com o Projeto Final de Engenharia concluído e aprovado pelo DER onde a licitação correspondente para início imediato da sua construção e revestimento primário já se encontra em fase de elaboração".

Consideramos satisfatória a pronta resposta por parte do Secretário dos Transportes, vez que conhecemos o estágio atual em que se encontram as obras de continuidade da Rodovia do Café em sua ligação com o município de Nova Londrina de onde terá início sua segunda fase, justamente a que abrengue os municípios integrantes da área objeto de nossa proposição.

Entretanto, cumpre-nos externar fato que imaginamos ser de conhecimento geral. O Estado de Mato Grosso, consciente da importância de melhores ligações viárias com os demais estados fronteiriços, entregará ao tráfego, dentro em breve pois já existem trechos liberados, uma por rodovia perimetral ligando os municípios sul-matogrossenses de Naviraí e Ivinhema, com a intenção de perpetrar a comunicação com o Estado de São Paulo. Em vista de fato tal, e prevendo o que tal obra originará à região Noroeste paranaense, notadamente a área compreendida pelos municípios já citados, somos categóricos ao afirmar que é premente a necessidade de que se imprima caráter de urgência na concretização da ligação Nova Londrina - Porto Caiuá, sob

pena de que novo fato de desgaste na economia noroestina venha, se juntar aos recentes, incalculáveis e irrecuperáveis danos provocados pelas últimas geadas, com reflexos altamente prejudiciais à economia paranaense, visto a importância dessa rodovia no contexto dos chamados Corredores de Exportação, pois ocasionará, se se registrar a demanda para a Alta Sorocabana, um desvio das mercadorias, acentuado, a serem destinadas pelo Estado de Mato Grosso e pelas regiões produtoras noroestinas, aos nossos portos de Paranaguá e Antonina.

Sugerimos então, de forma oficial, que o Governo Estadual libere recursos financeiros suficientes e necessários à consecução de obras que possibilitem de imediato a formação de verdadeira malha rodoviária, com a constituição de duas frentes de trabalho, sendo que uma deverá atingir de imediato o Porto Caiuá e outra o Porto São José, todas com marco inicial no município de Nova Londrina, sem prejuízo ao projeto já elaborado e em fase de execução.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente e com aprovação do plenário, requer seja endereçado à Capitania dos Portos do Rio Paraná, com sede em Foz do Iguaçu, requerimento no sentido de ser revisada a tabela de preços, por passagem de travessias fluviais no Rio Paraná, tendo em vista o elevado e exorbitante preço das mesmas.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme se comprova em a inclusa nota fiscal, as passagens por travessias fluviais em Guaira, na divisa do Estado de Paraná com Mato Grosso, sobre o Rio Paraná, são elevadíssimas e até mesmo exorbitantes. O custo de sessenta cruzeiros para passagem de um automóvel e de mais de cem cruzeiros para veículos pesados, constitui-se em verdadeira espoliação aos usuários daquelas embarcações.

Ora, sabe-se que o transporte fluvial é de custo infinitamente menor que o rodoviário e outros. O pedido visa não apenas facilitar aos usuários, mas representa uma justa medida o barateamento dos transportes entre a economia deste Estado com as outras unidades da Federação. Por outro lado, as reclamações verbais efetuadas com a firma F. Andreis e Cia. Ltda, que explora a passagem fluvial em Guaira são repostados com petulância e indelicadeza por parte de seus prepostos, não tendo os usuários outro caminho, senão apelar pela fiscalização por parte da Capitania dos Portos.

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 155/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Cascavel a Formosa do Oeste, passando por Cafelândia e Nova Aurora.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

E intenso o tráfego de veículos que se desenvolve entre

Cascavel e Formosa do Oeste, principalmente por parte de caminhões de médio e grande porte.

O escoamento dos produtos agrícolas dessa conhecida micro-região do oeste paranaense se procede de maneira sempre crescente. Esse fato, aliado à péssima conservação da estrada, faz com que a mesma se apresente em condições precárias, não resistindo a qualquer intempérie.

A grande movimentação de veículos, por sua vez, em traçado já superado daquela rodovia, não deixa oportunidade para que a mesma ofereça qualquer segurança a quantos dela se utilizam.

Devemos levar em consideração, ainda, que o trecho de estrada que se pretende incluir no Plano Rodoviário Estadual, passa por Cafelândia do Oeste, onde está situada a Cooperativa Agrícola Consolata, que recebe em depósito milhares de toneladas de cereais para posterior transporte aos centros consumidores.

Essa estrada corta 3 poderosos municípios, além de Cafelândia, que tem projeto de lei tramitando nesta Casa, pretendendo emancipação, e cuja região representa um dos maiores percentuais de produção, talvez superior ao polo liderado por Palotina.

Não se pode prescindir desse reconhecimento, nem se pode permitir que esse sôfrego povo fique a mercê de projetos futuros e incertos.

Enfatizamos e encafeçamos com vigorosa veemência a real necessidade dessa estrada, e mais ainda, pelo fato dela ser um imperativo de direito e de justiça, para com a população daquela rica região produtora, que sempre viveu desassistida pelos governantes.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declina.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso trabalho parlamentar tem se esvaziado de todas as formas, e parece que todo o sacrifício que empreendemos para o cumprimento do dever no ministério de defender o direito do povo, perde-se ao término de nossas palavras, nesta tribuna, com exceção, é verdade, a Secretários de Estado, que não cumprem as determinações constitucionais. E um desses Secretários é o da Saúde e Bem Estar Social.

Diversos foram os requerimentos que dirigimos àquele Secretário solicitando informações necessárias e de relevante importância na resolução de problemas e, esses requerimentos já tiveram seu prazo decorrido, o prazo constitucional, há muito tempo e não foram absolutamente respondidos.

Desta forma, nós queremos esclarecer à Casa que, de conformidade com o artigo 20 da Constituição Estadual, daremos entrada, de conformidade com a lei regulamentar, de processo, ou pedido de processo por falta de exação do dever, do Secretário de Estado dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social.

Diz o parágrafo segundo do artigo 20 da Constituição Estadual: "Nos Pedidos de Informações os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa dentro de 30 dias".

Nós temos requerimentos aprovados há mais de 60 dias, àquele Secretaria sem nenhuma resposta e, os erros e até crimes por nós denunciados por fatos de falta de justiça, do cumprimento do dever daquele Secretário, permanecem de pé — as vítimas continuam como vítimas e o Sr. Secretário não responde o nosso requerimento.

O outro fato, Sr. Presidente, queremos lembrar à Mesa, que dirigimos à Executiva desta Casa um requerimento pedindo informações sobre o funcionamento do restaurante da Assembléia;

pedimos relação dos preços que ali vem sendo cobrados, e da fiscalização que deve ser mantida de acordo com o órgão federal que fiscaliza a venda de alimentação neste País - SUNAB; este requerimento também não foi respondido.

A grande verdade é o seguinte: que funcionários desta Casa que recebem menos de 20 cruzeiros por dia, submetem-se a pagar 14 cruzeiros por uma refeição no restaurante da Assembléia, refeição com dois pratos que, se pedirmos a análise do peso desta alimentação, ela não vale 5 cruzeiros.

E medida de justiça, porque afinal de contas os funcionários públicos desta Casa, na sua maioria, ganham um vencimento empobrecido, um vencimento insignificante e são obrigados a receber pelo menos uma alimentação; aqui no local de seu trabalho, uma alimentação substancial, porque não têm condições de estarem se transportando para suas casas posto a distância onde moram, eis que têm que morar nas vilas mais humildes, a fim de pagarem aluguéres melhores.

Desta feita encareço à Executiva, que me forneça aquilo que foi solicitado em meu requerimento, aprovado pela própria Executiva, com referência ao funcionamento do restaurante deste Poder Legislativo.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A história dos povos constrói-se no dia-a-dia. Participam de sua obra todos os homens, de todas as condições, de todas as crenças, de todas as camadas. Na construção das pátrias os instrumentos para colimar os fins.

Na construção da Pátria, ensina a história, existem ideais que o tempo não apaga, que as mudanças não corroem, que permanecem perpetuados na memória de gerações, porque na luta pela sua consecução custaram muitas vidas e sangue. Os heróis dos povos são frutos dessa luta idealística em prol da Pátria.

A Democracia possui sua longa História, seus heróis, e permanece o grande ideal das Nações que lastreiam sua existência e consecução do bem estar de seus cidadãos. Encontrou ela muitos inimigos, na sua rota de tornar a vida dos homens mais humana, a distribuição dos bens mais conforme com a justiça social, a existência mais condizente com sua condição de racionalidade.

A manifestação pragmática da Democracia é a participação do poder de todos, através da representação, cuja meta principal e traduzir as aspirações de todos, buscar os meios eficazes para que todos sejam beneficiados dentro da justiça distributiva. É na representação que se centralizam e se encontram o canal convergente da aspiração popular e deferente das realizações do Poder.

Há acontecimentos que marcam essa função com tensões, especialmente em acontecimentos em que a unanimidade é impossível. É evidente que em relação ao Poder nunca haverá unanimidade, em regime democrático, porque há consecução do bem comum, há mais de um caminho.

Vive o Brasil, ao que tudo indica, talvez mais por fertilidade de imaginação, do que pelo fato, uma fase de tensão. Não me refiro à crise econômica. Essa não é privativa nossa, mas decorrência da conjuntura mundial. Refiro-me à uma pressuposta, quicá orientada para o momento da situação mundial, tensão ideológica. Os tempos de março de 64, ainda estão bem vivos em nossa memória: confundia-se nacionalidade com socialismo extremo: bem estar com demagogia; preservação da Pátria, sua integridade e unidade com interesses de grupos, com implantação de novos rumos, despidos dos mais sagrados sentimentos de nossa tradição e formação.

No instante em que se procura implantar um clima de perplexidade, embora o país esteja em segurança, a fim de caminhar para o desenvolvimento, desejo registrar aos Anais da História esta nota de imprensa, para que não se cometa injustiça amanhã.

"O Globo", do dia 30 último, quinta-feira, publica uma nota que traz informações colhidas entre os órgãos de segurança, e que assim está posta:

"É por todos os motivos profundamente lamentável o suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Sua morte ocorre no contexto da crescente atividade desenvolvida pelo comunismo no Brasil, com sua ação de infiltração e de proselitismo. As chamadas "prisões em massa" constituem parte de técnica desenvolvida pelas organizações comunistas para neutralizar ou impedir a ação dos órgãos de segurança.

Não há "prisões em massa", e sim prisões legais para identificar e aprofundar os dados disponíveis sobre a ação comunista.

Situam-se dentro do quadro de combate à subversão que motivou a nota circular do Ministério da Justiça. Não se pode ignorar que o jornalista morto, por palavras e por escrito, comprovou sua condição de comunista militante, não apenas um homem de ideologia comunista, mas sim ativista. Procura-se dar a impressão ao povo e ao mundo que o mesmo foi assassinado pelos órgãos de segurança ou que se suicidou por temor às torturas que sofreria por parte dos interrogadores. No entanto, por que não considerar que uma vez tendo-lhe sido impossível negar sua ação contra o regime democrático, não se suicidou consciente de que a agitação nacional e internacional que se seguiria talvez o último e grande trabalho que prestaria ao partido? Por que não admitir que teria receio do "justicamento" futuro por parte dos seus próprios camaradas de partido? Ou então, por que não considerar que teria fatos muito mais comprometedores a revelar e que preferiu, com grandeza militante, ocultar pelo silêncio que a morte acarreta?"

Era só.

O Sr. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos ainda há pouco, desta tribuna, o eminente líder do Governo, registrando nota da imprensa brasileira sobre a tensão ideológica, afirmação do eminente líder, que paira sobre o Brasil.

De nossa parte, o meu partido, alto e bom som, sempre protestou e continuará protestando a toda forma de arbitrariedade. E para que fique traduzido nosso pensamento, também o fazemos através de um órgão da imprensa, insuspeito na atual situação, na atual condição do Brasil, o mais insuspeito possível, o jornal mais liberal e conservador que conhecemos, "O Estado de São Paulo", artigo do Sr. Carlos Chagas, sob o título "Não acontecerá nada".

(Lê): "O que está acontecendo e o que vai acontecer? — é a pergunta mais repetida nos desinformados meios políticos de hoje, tendo em vista a amarga escalada repressiva das últimas semanas. Por incrível que pareça, há uma resposta cristalina que deputados e senadores teimam em ignorar: "Nada".

O grave, em toda a questão é justamente isto. Não vai acontecer nada, ou seja, mobilizou-se o Sistema pelo fato de estar havendo, em seu bojo, evidente confronto. Assim, nem o aprimoramento do regime, nem a democratização, nem a volta ao Estado de Direito, e talvez, nem mesmo a realização do calendário eleitoral. Como nem a interrupção do processo de prisões efetuadas à maneira dos sequestros ou das coações físicas e morais a cul pados e inocentes de práticas subversivas. Como, também, nem um paradeiro a episódios tão chocantes como o que roubou a vida ao jornalista Vladimir Herzog.

Para repetir, estagnou-se o País para alguns simplisticamente dividido entre subversivos e repressivos, mas para a grande maioria, perplexo diante da diferença fundamental entre teoria e prática da ação política.

Ninguém dirá, em sã consciência, estar o povo de acordo com a subversão, apoiando grupos clandestinos que desejam mudar pela força as estruturas nacionais. Como ninguém estará solidário com assaltos, sequestros ou atentados. Aqui a grande

contradição que certas áreas do poder não entendem ou fingem ignorar: a opinião pública estão tão contra os atentados, sequestros e assaltos do lado de lá quanto os do lado de cá. Por isso, também não apoia os grupos interessados na perpetuação do arbítrio e da exceção.

Entre os dois extremos porém, continuamos. Perplexos acuados e intranquilos. E, o que é pior, sem opções. Da classe política não parte, como deveriam, estímulos ou iniciativas para a superação do impasse. Nove fora os reclamos da Oposição, de resto cautelosa, assiste-se à estagnação nacional debaixo de criminosa complacência. "Braços cruzados, que o problema não é nosso" — parece a palavra de ordem reinante nos altos escalões políticos.

Tome-se, por exemplo, o que acontece com o Deputado Célio Borja, Presidente da Câmara, a quem muito nos custa criticar em função de seu passado de democrata e liberal, mas a quem as críticas não podem ser poupadas justamente por esta razão. Semanas atrás saiu-se com a lapidar frase de que "a Câmara não fecharia em suas mãos" para justificar censura a discurso de um companheiro numa Assembléia internacional. E agora, diante de tanta apreensão e de tanta falta de atitudes, lança outra frase lapidar: "Cuidado (Exclamação) pode haver um incêndio do Reichstag". (Exclamação).

Por que não se encontram os líderes e dirigentes políticos lançados, diante da crise, numa articulação maciça, informando-se primeiro e depois dialogando, sugerindo e construindo? Não se duvida de estar a Revolução em conflito, ou, pelo menos, entre duas concepções opostas e divergentes. De um lado, o Presidente Geisel reitera sua confiança na ARENA, exorta-a a lançar-se à tarefa de conquistar o eleitorado e fala em eleições como rotina. De outro lado, porém, o chamado aparelho repressor trabalha como o grande cabo eleitoral da Oposição, intranquilizando o País e negando viabilidade às intenções do Chefe do Governo. Será muito difícil supor a ARENA vitoriosa em 76 e 78, diante das sucessivas arbitrariedades verificadas ao arrepio do sentimento nacional. A este não haverá alternativa senão sufragar maciçamente os candidatos do MDB. Estará, então, estabelecido o impasse, bem como confirmada a estagnação nacional, pois mais impossível do que a Revolução permitir a entrega do Poder à Oposição, só mesmo esperar que os arenistas possam sensibilizar os sentimentos populares, diante da atual realidade.

Enquanto isso, qual imenso bando de avestruzes, ps políticos permanecem com a cabeça enterrada na areia, fugindo da tempestade. Não falam, acomodam-se. Não participam, ignoram. Não sugerem, aguardam. Assim não acontecerá outra coisa senão a perpetuação da perplexidade. Ou seja, o nada. Nem planos de ordenação institucional, nem teorizações a respeito do aprimoramento do regime, nem fórmulas capazes de trazerem opções democráticas para o combate à subversão".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica o nobre orador, que lhe resta apenas 1 minuto para conclusão de sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Continua lendo): "Parece terem todos se conscientizado de que o preço de não haver subversão está na permanência da subversão do Estado, ou melhor, da subversão promovida pelo Estado.

A pretexto de evitarem o consideram que o pior, não se batem para melhor. Mas o que poderá haver de pior, inatitucionalmente falando, do que o AI-5, a legislação excepcional e os instrumentos de arbítrio à disposição dos detentores do Poder? Porisso, inclusive, se diz que não acontecerá nada, porque tudo já aconteceu. Menos o incêndio do Reichstag. . . )".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideleino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de passar vários dias vendo, sentindo e lendo acontecimentos desastrosos que põem até em estado de periclitização a própria segurança nacional e a própria segurança das famílias, desorientam-se os políticos, os jornalistas e o estado de direito tão contestado, dividido e discutido nesta Pátria.

Entendo que está havendo um pouco de extremo, tanto da extrema que pugna por desordem, como pela direita que está desorientada e estagnando a própria ação do Governo.

A direita evoca a dor de uma ferida que parece ser a mais dolorida do que aquelas dos feridos.

A esquerda a instigar o papel de confusão. E entendo que nesta hora ambientou-se a oportunidade e o momento para que se convoque a classe política, os intelectuais, e todos os homens conscientes e patriotas, para se fazer uma análise de toda a situação, não só brasileira, mas da situação mundial, das modificações que se operam nos setores econômicos; das modificações que se operam no campo das idéias, das ações e das teorias políticas.

É hora do governo brasileiro convocar uma constituinte. Mas, antes que isto aconteça, quero pedir o consenso dos meus Pares desta Casa, para transcrever nos Anais deste Legislativo, muitos episódios que viveu, sentiu e ainda sente, nesta hora de dificuldade nacional, o nosso povo.

Diz o seguinte, o editorial do dia 28 do corrente, de "O Estado de São Paulo", sob o título "Os Limites da Tolerância".

"É pública e notória a inteligência que este jornal adquiriu face a tudo que desagregue o tecido social expresso na lei. Nosso apreço por esta sempre valeu mais pela consciência que ela significa e alimenta que pelas fórmulas sob que se apresenta. Tanto assim que soibemos romper com a própria legalidade e perfilar-nos com a excepcionalidade, quando a fórmula foi usada contra a consciência, inibindo-a, embotando-a, ou mesmo, pervertendo-a. O que não pudemos jamais sacrificar foi nosso horizonte democrático da situação. — O Direito.

Porque a experiência nos ensinou que não há arbitrariedade por flagrante que seja que não possa ser acoitada sob a capa de alguma legalidade. E este é o risco maior dos chamados instrumentos de exceção da Revolução de 64, cuja extinção, desuso, ou limitação lamentamos não conseguir ainda enxergar; pois a quem se faz autor da lei, sem a cautela escrupulosa de aferi-la, na índole e no exercício pelo Direito, como enfim, escancara a estrada sem obstáculos de voluntarismo e da prepotência.

O imperativo de alimentar na opinião a consciência aguda do Direito e do respeito à pessoa humana tem frequentemente incitado este jornal a repisar o assunto das prisões efetuadas pelos diversos organismos de segurança, sendo indiferente a profissão política dos elementos presos, quando as prisões mesmas surgem eivadas de desrespeito à consciência jurídica: escapam à vigilância, subtraem-se a qualquer julgamento, até que sejam completadas, na calada e na clandestinidade. As notícias oficiais com que depois são divulgadas e o esgotamento dos prazos de incomunicabilidade dos presos chegam tarde demais para sanar a violência feita à opinião na origem. Ela continua a ver na prisão um rapto ou um sequestro; porque não há como aceitar, na defesa da lei e do Estado, o pacto com a infração, e o desafio a um dos Poderes do Estado.

Assim, não é a condição de jornalista de Wladimir Herzog, diretor do Departamento de Jornalismo do Canal 2, TV Cultura, que nos faz voltar ao assunto. É a condição de cidadão de que até sábado à tarde estava revestido o Sr. Wladimir Herzog, com direito à turela do Estado. Foi certamente confiante nesta pretensão que, intimado a comparecer ao Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército se comprometeu a fazê-lo sem necessidade de escolta policial, à hora prevista, conforme se pode concluir do próprio comunicado oficial divulgado pelo próprio Comandante do II Exército.

Depois de seu fim trágico, a declaração de assinatura "ilegível e resgada", em pedaços, encontrada junto ao cadáver e

recomposta "para os devidos fins legais", passou a ser a peça do comunicado do II Exército, junto com outros dados do depoimento tomado a termo. Ela soa ali como uma pena póstuma de execração, uma "dam natio memoriae" de quem não esperou pelo direito de se defender e cujas atitudes, a juízo do órgão do II Exército, "não fazia supor o gesto extremo por ele tomado".

A nota é mais um reflexo do clima deque de há muito se instalou — já desde dias do governo passado — e que marca bem os antecedentes do fim lamentável do Sr. Wladimir Herzog. Não iremos especular sobre este último, já que não nos interessa levar lenha a uma fogueira que jamais ateamos.

Interessa-nos, sim, o dano à Nação, pelo clima de inquietação, de medo, de delação sistemática, de exposição impiedosa de fama de cidadãos, a quem não foi dado ainda a oportunidade de se defender perante os tribunais competentes, interessa-nos que a formação de culpa seja feita na Justiça, e quando for o caso, na Justiça Militar, evitando-se o prejulgamento que tende a dar por prescindível o processo. Interessa-nos saber a responsabilidade por esse clima de terrorismo; pois é de terrorismo que se trata quando se multiplicam as prisões sem mandado judicial ao arripio da lei, à margem da ordem e baldadas todas as possibilidades de "habeas corpus".

Postulamos sempre investigações, vigilância na defesa das instituições democráticas e armas adequadas à preservação dos ideais de 64. E, porque nestes comungamos desde sua origem, temos todo o direito e autoridade para reclamar que tais investigações se façam dentro de quadros jurídico-institucionais, bem definidos e conhecidos de todos, para que não se desminta o que tanto nos custou preservar e salvar. Desgraçadamente, não temos conhecido bastante eco, e temos que presenciar o desastre, a decomposição, o descrédito — que notas oficiais não podem, por si sós, recuperar.

Resta-nos entretanto, uma convicção: a de que um tal clima, pelos traços mesmo de desacato à ordem e à paz que envolve, é obra e benefícios de força que se opõem ao Governo do Presidente Ernesto Geisel.

Há poucos dias, falando aos presidentes dos diretórios da ARENA e Comissão Executiva Nacional, S. Exa. mencionava a liberdade e a tranquilidade de que todos se deviam sentir assegurados neste País, desde que não alinhados às forças que se opõem à ordem. Queremos acreditar que S. Exa. não faz exceção de pessoas e que reserva aos infratores de dentro do aparelho estatal o mesmo tratamento exemplar de que ameaçou os que se acham fora, na Oposição.

A existência confessa de "porões na administração", com que há alguns meses se descartou um exame mais de perto das primeiras arbitrariedades anunciadas e com que se evitou o comparecimento à Câmara do Ministério da Justiça, tem seus limites. Eles são os mesmos limites da ordem hierárquica que ora parecem impunemente ignorados; eles são o desconhecimento e o menoscabo das intenções do chefe do Executivo, tão solene expontaneamente declaradas, eles são, enfim, a propaganda negativa de uma administração e de um governo, que o trauma da morte de Wladimir Herzog, mesmo que se acredite ter sido infligida pelas próprias mãos, não pode deixar de definir.

Que haja "porões" em toda e qualquer administração — de corrupção, de desafio à ordem e de afrontamento à lei, é incontestável. Que esses porões se transformem num poder dentro do Poder não se justificará por temor algum. Eles são o maior desafio e a maior contestação à Revolução de 64 — porque uma contestação que toma forma de confiança. Ou, antes, dos abusos de confiança. É que esta contestação interna a mais insidiosa guerra psicológica que o Governo pode conhecer. É que, com tanto maior razão, não poderá tolerar".

Era só, Sr. Presidente. X

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A súmula deste requerimento, que é feito em nome da bancada do MDB, nesta Casa, sintetiza o nosso objetivo de não estabelecer a polêmica em torno do assunto, visando única e exclusivamente que a comunicação seja feita de modo oficial, mas restrita a uma atitude o posicionamento da bancada do MDB.

Requerimento — súmula: Pede comunicação de voto de solidariedade da bancada do MDB ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e à ABI.

(Lendo: "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há lugar para omissão, principalmente por parte de quem representa a opinião pública, quando uma tensão a cada dia mais acentuada, se abate sobre o País, tornando subjacentes as leis vigorantes, democráticas ou excepcionais, e fazendo desaparecer o verdadeiro sentido das próprias instituições nacionais.

Reiteradamente, manifestamos nesta Casa, em nome da bancada do MDB, nosso protesto em defesa da Constituição e das leis, nos episódios em que foram as mesmas subestimadas pelo arbítrio, inclusive do próprio Ministro da Justiça.

O trágico episódio em que o jornalista Wladimir Herzog utilizou uma confissão que redigira, rasgando-a e repudiando-a ao termo de sua vida, que ele próprio se impões, está a revelar ao

País a repetição de quadros angustiantes nada remotos.

E mais, a manifestação de "última vontade" consagrada em nosso Direito, de âmbito universal, como sendo as disposições que alguém faz em vida, para serem executadas após sua morte, torna-se desválida e subjacente ante a vontade pessoal que representa o interesse contrariado.

Não se alegue que as disposições de última vontade pertencem ao Direito Civil e não ao Criminal, a que se submete o caso. Especificamente, o acusado destruiu uma confissão que firmara, colocando fim à sua existência, e em todos os países livres, só é válida a confissão feita livremente.

A Sociedade pressupõe a existência do Direito: "ubi societas, ibi ius". Daí ser de todo inconcebível que mesmo ante a mais alta infração das leis penais, sejam os acusados tratados e processados ao arrepio da lei.

Morto, a última expressão da vontade que restou de Wladimir Herzog, foi o seu direito inquestionável de destruir o escrito.

Não acreditamos numa democracia que possa negar o Direito, mesmo que seja para condenar um subversivo. A subversão não pode merecer tão alto preço, nem seria necessário, para se ver punido.

Reconstituir um papel escrito e destruído por determinação consciente de ÚLTIMA VONTADE de seu autor, é valer-se do nada como prova para justificar a intolerância ao próprio Direito. E, conforme acentua o Professor Pitirim A. Serekis, da Universidade de Harvard, "corretamente entendida", a tolerância de um regime verdadeiramente democrático relativamente às opiniões, crenças e gostos diferentes não é uma indiferença passiva que obstaculize a mais alta apreciação dos valores pessoais e de lealdade a esses valores".

Externamos a nossa solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e à Associação Brasileira de Imprensa, nas suas manifestações ante a ocorrência em que sucumbiu o jornalista Wladimir Herzog.

Pedimos que o registro ora feito seja comunicado àqueles órgãos, por ofício, pela Casa.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1975.

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — Líder da Bancada do MDB".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna hoje, para, em vista de lamentáveis fatos de conotação religiosa que têm se verificado em estabelecimentos de ensinos oficiais no Município de Paraíso do Norte, encaminharmos o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, Prof. Dr. Francisco Borsari Neto, solicitando enérgicas providências para que seja assegurada a liberdade de consciência religiosa aos alunos do Colégio Estadual e Grupo Escolar de Paraíso do Norte.

O apelo se prende ao fato de estar ocorrendo injustificável e afrontosa discriminação naqueles estabelecimentos de ensino oficiais em relação a estudantes entre os quais Noides Gomes Rego, filha do Pastor Antonio Pereira Rego, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e Alice das Dores Lopes, filha de Ananias Barbosa Lopes e Maria Aparecida Lopes, membros da Igreja Batista da referida cidade; a primeira sofrendo suspensão de aulas e a segunda pressão psicológica grave, conforme denúncia contida em requerimento de autoria do Vereador Fredezino Gonçalves Barbosa, aprovado unanimemente pela Câmara Municipal de Paraíso do Norte.

O edil, que também é presidente do Diretório Municipal da ARENA, após ressaltar ter sido aplicada a mencionada forma de punição e manifestar-se apreensivo em serem "os filhos dos evangélicos reprovados por causa da religião", alerta as autoridades do ensino sobre as exigências de certos professores que desrespeitando o princípio constitucional assecutorário da liberdade de convicção religiosa "Art. 153, parágrafo 1º, 5º e 6º), repetidamente, tentam obrigar ou tem obrigado aos alunos de crenças diferentes da Igreja Católica Apostólica Romana, a, sob ameaças, praticar atos contrários aos critérios de fé que adotam, tais como responder a questionários referentes à doutrina da referida instituição ou a copiar partes fundamentais do seu catecismo.

O estranhável procedimento dos professores envolvidos, além de ferir o consagrado direito das garantias individuais e sensivelmente afetar o relacionamento harmonioso e fraternal que deve ser cultivado por quem se dispõe a desempenhar a nobre missão de educar, vem ainda, configurar-se como exorbitância das funções a que foram investidos pelo Estado.

Daí a nossa preocupação como legislador, professor de Direito e cristão, participe da comunidade evangélica, ao somar conhecimento dos lamentáveis acontecimentos que, inclusive, foram destacados na imprensa de nossa terra, vanguardeira na defesa dos interesses coletivos e da liberdade.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1975".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 67/75, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede daquele Município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 67/75

ma Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de

julho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Lei nº 12/74, que declara de Utilidade Pública a Associação Médica do Paraná - Regional de São José dos Pinhais, cidade do mesmo nome. – **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 12/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ – Regional de São José dos Pinhais, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Lei nº 38/75, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Medianeira. – **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 38/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE MEDIANEIRA, com sede na cidade de Medianeira.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Lei nº 55/75, que denomina Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, o atual Grupo Escolar da localidade de Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá. – **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 55/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º – Fica denominado PROFESSOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, o atual Grupo Escolar do Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Lei nº 71/75, que dispõe sobre a liquidação de débitos fiscais de empresas. – **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 71/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º – Os créditos tributários do Estado, constituídos até 31 de janeiro de 1974, poderão ser pagos com entrega de imóveis ao Tesouro do Estado, pelo devedor, mediante autorização do Secretário de Finanças do Estado.

Art. 2º – O requerimento para fins deste artigo, abrangendo os créditos reclamados em qualquer fase de tramitação, administrativa ou judicial, deverá dar entrada na repartição do domicílio do devedor até 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta Lei.

Art. 3º – A dação em pagamento poderá se restringir apenas à parte incontroversa do débito.

Art. 4º – O requerimento em que se solicite a dação em pagamento importa, em qualquer órbita, confissão irretratável da dívida.

Art. 5º – Oferecido a dação em pagamento, serão suspensos os procedimentos administrativos ou judiciais contra o devedor, em relação ao débito reclamado.

Art. 6º – A avaliação do imóvel oferecido em pagamento do débito será feita, conjuntamente, pelo Chefe do Posto de Arrecadação do Estado da situação do imóvel, um funcionário designado pelo Prefeito do Município respectivo e o Gerente da Agência do Banco do Estado do Paraná, onde houver, se não da Agência mais próxima.

Art. 7º – O imóvel recebido em pagamento de débitos tributários passará incorporar o Patrimônio do Estado.

Art. 8º – Na aceitação de imóveis para pagamento de créditos tributários, serão preferidos os situados na área rural à urbana.

Art. 9º – Os imóveis urbanos serão destinados às repartições públicas de administração direta ou indireta, onde não as houver próprios do Estado e os rurais à estações experimentais.

Art. 10 – Fica autorizada a alienação dos imóveis recebidos em pagamento de créditos tributários, como receita correspondente do valor pelo qual foi celebrada a dação em pagamento.

Art. 11 – As disposições desta Lei compreendem também os débitos fiscais que tenham sido objeto de parcelamento, ou os que venham a ser denunciados espontaneamente pelo contribuinte.

Art. 12 – O direito da Fazenda Pública Estadual constituir crédito tributário prescreve em 3 (três) anos, contados do primeiro dia do quinto mês seguinte ao terceiro exercício.

Art. 13 – A ação para cobrança de créditos tributários do Estado prescreve em 2 (dois) anos contados da data da sua constituição definitiva, por sentença administrativa irrecorrível.

Parágrafo único – Interrompe a prescrição:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extra judicial, importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 14 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Vanda Rocha de Souza, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr.

Secretário de Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de que seja assegurada a liberdade de consciência religiosa aos alunos do Colégio Estadual e Grupo Escolar de Paraíso do Norte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do Edital de "O Estado de São Paulo", sob o título "Os Limites da Tolerância". — **Aprovado.** — (O Edital acha-se transcrito em discurso do orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Bancada da ARENA, na Câmara Municipal de Curitiba, pela apresentação do projeto de lei que regulamenta o trabalho dos comerciários de nossa Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo reestudo do Plano Rodoviário Estadual, objetivando proporcionar caráter de prioridade na consecução das obras viárias, o asfaltamento das ligações do município de Nova Londrina a Porto Caiuá e Porto São José. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Capitania dos portos do Rio Paraná, com sede em Foz do Iguaçu, no sentido de ser revista a tabela de preços por passagens de travessias fluviais no Rio Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Sr. Ministro da Fazenda e à Superintendência Regional da Receita Federal, pleiteando a reinstalação do Posto da Receita Federal, no município de Santa Isabel do Ivaí. — **Aprovado.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando comunicação de voto de solidariedade da Bancada do MDB, ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e à Associação Brasileira de Imprensa, nas suas manifestações ante a ocorrência em que sucumbiu o jornalista Vladimir Herzog. — **Faça-se a comunicação solicitada em nome da bancada do MDB. — DEFERIDO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 3 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 66/75, 88/75, 94/75 e 101/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 73/75, 74/75, 75/75 e Projeto de Lei nº 129/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 26/74, 70/75, 71/75 e de Lei nºs 57/74, 57/75, 108/75, 109/75, 111/75, 113/75 e 116/75.

Anunciando ainda, para a Ordem do Dia, de terça-feira, dia 4, a 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 125/75, do Orçamento Plurianual.

Levanta-se a Sessão.

#### RESOLUÇÃO:

##### RESOLUÇÃO Nº 76/75

Data: 31 de outubro de 1975.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Isabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede daquele Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de julho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia da Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

#### DECRETOS LEGISLATIVO:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 681/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9835/75, de 30 de setembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 708/73, de 25 de outubro de 1973, na parte que se refere a designação do funcionário ELOI MAZZADRI, ocupante do cargo de Advogado, nível PL 26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Chefe da Seção de Ordem do Dia, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 682/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9077/75, de 12 de setembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar retificar, em virtude de sentença judicial, o nome de Rosária de Lima Azevedo, ocupante do cargo de nível PL 14, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para ROSÁRIA CARDOZO DE LIMA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de outubro de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA Nº 584/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10601, de 20 de outubro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários MANOEL AGUIAR FILHO, Oficial Legislativo PL 20, e CENIRA DOS SANTOS FREITAS, Auxiliar

de Plenário e Conservação PL 14, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de outubro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 585/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10758, de 22 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir, as férias concedidas pela Portaria nº 497/75, a ALZIRO SANTIN, funcionário Contratado deste Poder Legislativo, para o período compreendido entre 15 de novembro a 12 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de outubro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 586/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10723, de 21 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários ALCIDES ZONATTO, Oficial de Servi-

ços Gerais PL 23; DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, Escriturário PL 17; EUTHALIA MARTINS DA SILVA, Oficial de Serviços Gerais, PL 23; FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, Oficial de Administração PL 19; SILVIO SEBASTIANI, Secretário de Comissão e WALDEMAR RODA, Oficial de Administração PL 23, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de outubro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 594/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10820, de 23 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

CECÍLIA KURECKI STUART – Oficial de Serviços Gerais, PL 21;  
HONORIA CORDEIRO – Aux. Plenário e Conservação, PL 14;  
JOANA DE BIASIO DA CUNHA – Taquígrafo, PL 26;  
ROBERTO DINIZ SATYRO – Secretário de Comissão;  
SEBASTIÃO DE CRISTO – Oficial Legislativo, PL 18;  
WILSON RAMOS – Oficial Legislativo, PL 23; e,  
RONALDO BAPTISTA – Advogado, PL 26.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de outubro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral